



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIACHO DE SANTANA**  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF Sob o nº 13.885.912/0001-30  
RUA GERCINO COELHO, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024**  
**Processo administrativo nº 008/2024**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Estado da Bahia, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sediada na Rua Presidente João Goulart, s/n, Castelo Branco, Riacho de Santana, Bahia, CEP: 46.470.000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**OBJETO**

Aquisição de veículo, tipo picape, zero quilômetro, 4 portas, ano/modelo a partir de 2021, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMA de Riacho de Santana-BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

Valor: R\$110.000,00 (cento e dez mil reais)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Início de Acolhimento de propostas: 18/04/2024 a partir das 08h00min.

Recebimento das propostas: 02/05/2024 até às 09h00min.

Abertura das propostas: 02/05/2024 a partir das 09h00min.

Início da sessão de disputa de preços: 02/05/2024 às 09h15min

Link: <https://bllcompras.com>

Horário de Brasília – Brasil

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a aquisição de veículo, tipo picape, zero quilômetro, 4 portas, ano/modelo a partir de 2021, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMA de Riacho de Santana-BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MARCA/LINHA/MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
01	Veículo novo, tipo	1		un	R\$



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

	<p>picape, zero quilômetro, emplacado, licenciado, ano/modelo a partir de 2021; *fabricação nacional, nacionalizado ou importado, montada sobre chassi; *cabine dupla com quatro portas laterais e uma tampa traseira; *capacidade para 05 (cinco) pessoas; *com capacidade de carga mínima de 600 kg, conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN; *ar condicionado; *vidros originais ou adaptados de fábrica (desde que a adaptação seja feita por empresa homologada pelo fabricante dos veículos), que deverão abrir e fechar completamente na vertical, nas quatro portas; *o para-brisas dianteiro deve possuir faixa degradê no topo; *com carroceria em sua totalidade confeccionada em chapa de aço de alta resistência; *indicador do nível de combustível; *indicador de temperatura de motor; *motor turbo flex, com potência mínima de 100 CV; *tração dianteira ou 4x2 ou 4x4 ou 4x4 reduzida, com acionamento no interior do veículo; *grade de proteção metálica para cárter/motor, com estrutura e resistência compatível ao uso a que se destina, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, que não cause</p>				110.00,00
--	---	--	--	--	-----------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

	interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão; *direção hidráulica ou elétrica ou eletro-hidráulica; *rodas em aço, originais de fábrica, com pneus tipo mud ou <i>all season</i> com sobressalente (estepe); Freios ABS com EBD; *air bag duplo; *tanque de combustível de no mínimo 50 litros; *sistema de som integrado ao painel com sistema de rádio AM/FM; * cor branca sólida; *jogo de tapetes emborrachados; *protetor de caçamba, capota marítima *e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE.				
<b>VALOR GLOBAL: Valor (R\$): R\$ 110.00,00 (cento e dez mil reais).</b>					

1.1. A licitação será realizada em LOTE único, formados por 1 (um) item, conforme tabela constante no Termo de Referência e neste instrumento, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 A participação no presente, se dará mediante Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões, disponível no endereço eletrônico **blcompras.com**

2.1.1 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Poderão participar deste Pregão os interessados que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;

2.3 A execução dos Trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica

2.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9 Sociedades cooperativas.

2.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7.1 A vedação de que trata o item 2.5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes apresentarão simultaneamente os documentos de habilitação, as propostas de trabalho e as propostas de preço.

3.3. Se necessário, os documentos complementares à proposta de trabalho, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de até 02 (duas) horas após a solicitação da Comissão de Contratação.

3.4. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário, valor total de cada item e valor total do lote;

4.1.2. Marca;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **100,00 (cem reais)**

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.10. O modo de disputa para o envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa “aberto”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.15.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.15.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.15.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.15.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.15.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.15.2.2. empresas brasileiras;

5.15.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.15.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

5.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.16.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 1 (um) dia, envie a proposta realinhada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.16.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.17. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1. contiver vícios insanáveis;

6.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

6.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.5.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.5.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes apresentarão simultaneamente os documentos de habilitação, as propostas de trabalho e as propostas de preço.

7.3 Se necessário, os documentos complementares à proposta de trabalho, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de até 02 (duas) horas após a solicitação da Comissão de Contratação.

7.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

7.4.1 I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.4.2 II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.4.2.1 § 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.5 Os documentos previstos no Termo de Referência e no ANEXO III), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.3.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**8. DA CONTRATAÇÃO**

8.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o instrumento contratual.

**9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana – Bahia, sediada na Praça Monsenhor Tobias, nº 321, centro, CEP 46.470-000.

**10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 10.2.1. advertência;
  - 10.2.2. multa;
  - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 **(vinte) dias**, a contar da comunicação oficial.
  - 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública da Prefeitura de Riacho de Santana, Bahia.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço: [licitacaopmrs@hotmail.com](mailto:licitacaopmrs@hotmail.com)

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Sistema da Bolsa de Licitações e Leilões, disponível no endereço eletrônico [bilcompras.com](http://bilcompras.com); no



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

Diário Oficial do Município [https://riachodesantana.ba.gov.br/diario\\_oficial](https://riachodesantana.ba.gov.br/diario_oficial), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial da União, do Estado e pelo e-mail [licitacaopmrs@hotmail.com](mailto:licitacaopmrs@hotmail.com)

**12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

- 12.11.1. ANEXO I – ETP – Estudo técnico preliminar
- 12.11.2. ANEXO II - Termo de referência
- 12.11.3. ANEXO III – Documentação exigida para Habilitação
- 12.11.4. ANEXO IV – Declaração geral conjunta para habilitação
- 12.11.5. ANEXO V – Declaração de obediência
- 12.11.6. ANEXO VI – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte
- 12.11.7. ANEXO VII – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência
- 12.11.8. ANEXO VIII – Termo de Compromisso
- 12.11.9. ANEXO IX – Modelo de procuração
- 12.11.10. ANEXO X – Modelo de proposta realinhada após fase de lances
- 12.11.11. ANEXO XI – Minuta de contrato

Riacho de Santana, 10 de abril de 2024.

---

**FRANCISCO MÁRIO FAGUNDES BARBOSA**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto Mun. Nº289/2021.



**ANEXO I**  
**ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 01/2024**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase do planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação e a melhor solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Tem-se como objetivo principal estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

A aquisição de um veículo automotor, tipo picape, cabine dupla, 4 portas, zero quilômetro, ano/modelo a partir de 2021, conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN, é o objeto deste expediente e pode ser classificado como de natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser expressamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do artigo 6º, incisos XIII e XLI, da Lei nº 14.133 de 2021.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMA, conforme disposto no art. 41 da Lei Municipal 224/2013, é responsável, dentre outras coisas, por:

- ✓ promover e coordenar atividades relacionadas com a produção, aquisição e distribuição de sementes e mudas em todo o município;
- ✓ promover, coordenar, e fiscalizar as atividades inerentes à arborização e jardinagem no município;
- ✓ promover a execução de projetos e atividades voltados para a garantia de padrões adequados de qualidade ambiental do Município;
- ✓ monitorar e fiscalizar as atividades industriais, comerciais de prestação de serviços e outras de qualquer natureza, que causem ou possam causar impacto ou degradação ambiental; e
- ✓ fiscalizar e controlar as fontes poluidoras e de degradação ambiental, observada a legislação competente; promover medidas para prevenir e corrigir as alterações do meio ambiente natural, urbano e rural.

O Código Municipal de Meio Ambiente, Lei Municipal 228/2013, também prevê, em seu art. 89, que são atribuições da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, dentre outras:

(...)

- ✓ exercer o controle, o monitoramento, a fiscalização e a avaliação dos recursos naturais do Município;
- ✓ realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando potencial ou efetivamente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
- ✓ promover a educação ambiental;
- ✓ atuar em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;
- ✓ dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao COMDEMA;
- ✓ dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público, nas suas ações institucionais em defesa do Meio Ambiente;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

Para suprir as demandas em questão, a SEMMA conta atualmente com uma equipe de 14 servidores, sendo que 7 desses compõem a equipe técnica que, regularmente, exerce demandas externas, principalmente na zona rural do município, e para tal necessita de um veículo apropriado e seguro para transportá-la.

Além dos servidores supramencionados, a SEMMA é responsável por suprir e gerenciar anualmente a equipe de prevenção e combate a incêndios no município; para tanto, durante alguns meses do ano, precisa transportar a equipe de combate a incêndios e os materiais necessários, como as bombas-costais anti-incêndio, que são pesadas e volumosas, além de vários itens necessários para a prevenção e combate a incêndios.

Durante as fiscalizações e campanhas de educação ambiental também é necessário transportar, além dos servidores da SEMMA, os materiais necessários para execução dos serviços (como placas e ferramentas) e, por vezes, os materiais apreendidos durante a fiscalização.

A SEMMA também gerencia o viveiro municipal de mudas e precisa transportar insumos e materiais para o mesmo, além de precisar também carregar, por diversas vezes no ano, durante as campanhas de educação ambiental, uma grande quantidade de mudas.

Atualmente a SEMMA utiliza um veículo cedido pela prefeitura municipal, o mesmo faz parte da frota de veículos alugada pelo município, todavia, depender da disponibilização de veículos para executar nossas demandas tem prejudicado significativamente a qualidade da nossa fiscalização ambiental, bem como o cumprimento das demais demandas, tendo em vista que contamos com uma significativa rotatividade de veículos. Por vezes já nos disponibilizaram veículos que cabiam apenas o motorista e mais uma pessoa, pois era um veículo com carroceria, mas com cabine simples, de apenas dois bancos e na maioria das vezes os veículos disponibilizados não eram preparados para circularem na zona rural, pois não tinham capacidade de transitar de forma segura e confortável nas estradas vicinais, principalmente durante o período chuvoso.

Em razão das questões supramencionadas verificou-se que, no momento, faz-se necessário a aquisição de um veículo Picape, cabine dupla, com quatro portas e carroceria, para que possa comportar de forma segura e confortável os servidores e colaboradores da SEMMA, ser prático para entrar e sair rápido (pela questão da fiscalização ambiental) e que também possa transportar uma grande quantidade equipamentos na carroceria.

Picapes tem uma capacidade de transporte ampliada, isso permite o transporte eficiente de materiais como equipamentos de monitoramento ambiental, ferramentas de conservação, e até mesmo suprimentos para missões de resgate ou manutenção de áreas naturais.

Esse tipo de veículo também facilitaria o acesso a locais remotos e difíceis de alcançar, pois uma picape cabine dupla equipada adequadamente pode também enfrentar terrenos difíceis. Além disso, a capacidade de transportar uma equipe mais ampla pode ser crucial em situações onde múltiplos profissionais precisam ser deslocados para áreas remotas de conservação ambiental ou para emergências ambientais.

A SEMMA também é responsável por prestar suporte, inclusive material, à Associação Ecológica Fio de Óleo, (que é responsável por executar o projeto óleo pela natureza, que garantiu ao município de Riacho de Santana o primeiro lugar na premiação Bahia Sustentável, na categoria Gestão Municipal Sustentável) e também aos Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

Uma Picape cabine dupla oferece flexibilidade adicional para utilização em uma variedade de contextos, não se limitando apenas ao transporte em terrenos difíceis. Isso





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

significa que o veículo pode ser empregado em uma gama mais ampla de tarefas relacionadas à conservação ambiental, como patrulhamento, transporte de voluntários, e até mesmo campanhas de conscientização pública.

A falta de veículo adequado, com a devida identificação (plotagem), pode comprometer diretamente a segurança dos servidores e colaboradores da SEMMA que vão frequentemente a campo, além de inviabilizar a adequada fiscalização ambiental no município, regularmente realizada por esta secretaria, razão pela qual, faz-se necessário a urgente aquisição de um veículo próprio para esta secretaria, que seja devidamente apropriado para as necessidades da mesma.

## 2 **ÁREA REQUISITANTE**

<b>ÁREA REQUISITANTE</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	FRANCISCO MÁRIO FAGUNDES BARBOSA Secretário Municipal de Meio Ambiente Decreto Mun. Nº289/2021.
COORDENAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	ÉRICA FERREIRA SENA Subcoordenadora de Apoio Administrativo

## 3 **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO**

O objeto em questão não está previsto no plano anual de contratação da SEMMA, devido ao fato de que, no momento de elaboração do referido plano, o FMMA não contava com recursos suficientes para adquirir um veículo desse porte, razão pela qual, por equívoco, acabamos não especificando a referida aquisição.

Conforme previsto no artigo 72 e seguintes da Lei 228/2013, a gestão do FMMA é de responsabilidade do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à qual compete exercer o controle orçamentário, financeiro e patrimonial e constituem recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA:

### **I – das Dotações Orçamentárias do próprio Município;**

II - da arrecadação de multas originárias das infrações administrativas ambientais;

III – do pagamento de taxas cobradas, pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, decorrente dos serviços prestados aos requerentes de licenças, autorizações ambientais, dentre outros procedimentos administrativos;

### **IV – de transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e paraestatais;**

V – de créditos advindos de condenação em dinheiro, oriundos de indenizações e multas judiciais, nos termos da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

VI – de produto decorrente de acordos, convênios, contratos, consórcios e recursos provenientes de ajuda e cooperação entre órgão ou entidades públicas e privadas;

VII – de rendimentos de qualquer natureza, decorrentes da aplicação de seu **patrimônio;**

### **VIII – de doações e recursos lícitos provenientes de pessoas físicas, ou jurídicas, organismos públicos ou privados, nacionais ou internacional;**

O objeto da contratação pode ser financiado pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente- FMMA, já que o artigo 75 também da Lei 228/2013, dispõe em seu inciso IX, que os recursos do FMMA também poderão ser aplicados para a aquisição de material permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento de seus projetos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

#### **4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A contratação se dará por Pregão eletrônico, por se tratar de produto que tem característica padrão.

4.2 O critério de julgamento será o menor preço.

4.3 Poderão participar deste certame as empresas que atendam aos requisitos mínimos exigidos para o cadastramento e participação no processo. Além disso, deve assegurar o cumprimento dos compromissos firmados no eventual contrato durante toda a sua vigência.

4.4 O veículo deverá estar de acordo com o estabelecido na Resolução Conama N° 492 (PROCONVE L7), quanto a emissão de gases poluentes.

4.5 As baterias dos veículos deverão atender à Resolução Conama n° 401.

4.6 O veículo deverá ser entregue registrado, licenciado e emplacado no DETRAN-BA, isento de IPVA, conforme os prazos de entrega previstos pela pesquisa de mercado, ou seja, em até 90 dias.

4.7 O veículo ofertado deverá possuir assistência técnica dentro de um raio de até, no máximo, 380 km da cidade de Riacho de Santana-BA.

4.7.1 Essa condição se justifica pelo fato da necessidade de termos que levar os veículos para a realização de serviços cobertos pela garantia, revisões e/ou eventuais reparos e manutenções posteriores. É inviável a assistência ser realizada em cidades muito mais distantes que isso ou em outros estados, além do possível fato de sermos obrigados a ficar sem o veículo – logo sem a realização das atividades – por longos períodos, caso a assistência coberta pela garantia fique muito distante.

4.8 Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, n° 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata;

4.9 O veículo deverá conter todos os demais itens de segurança legalmente exigidos para circulação, principalmente os exigidos pela lei n° 9503/1997;

4.10 O veículo deverá ter instalado película nos vidros dianteiro, laterais e traseiro, no nível máximo, dentro dos padrões permitidos pelos órgãos fiscalizadores.

4.11 Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA:

4.11.1 o fornecimento do estabelecido na Nota de Empenho;

4.11.2 o custo de todas as despesas decorrentes do carregamento, transporte e descarregamento e/ou entrega do veículo na sede da SEMMA;

4.11.3 a emissão de relatório de inspeção e avaliação e/ou laudo técnico de avaliação do veículo, emitido por pessoa e/ou empresa capacitada para tal;

4.11.4 os riscos e infrações cometidas até a entrega do veículo, conforme previsto no art. 491 do Código Civil (Lei 10.406 de 2002).

4.11.5 as multas, impostos e taxas não quitados e incidentes sobre o veículo objeto do presente contrato, até a data da entrega do automóvel, são de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que assume o compromisso de pagar os respectivos montantes e apresentar seus comprovantes no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato;

4.11.6 apresentar, no momento da entrega da proposta, negativa de multa, expedida pelo DETRAN, assumindo a responsabilidade cível e criminal pela autenticidade do respectivo documento.

4.11.7 no intervalo entre a data deste contrato até a entrega do veículo, o VENDEDOR assume a responsabilidade cível ou criminal pela condução do mesmo, isentando o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

COMPRADOR de qualquer ônus ou reparação, co-responsabilidade ou participação em qualquer ato em desacordo com o Código Nacional de Trânsito, sendo esta responsabilidade transferida ao COMPRADOR somente a partir do ato de entrega do veículo;

4.11.8 a manutenção, de acordo com a garantia ofertada pela concorrente, durante toda execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

4.11.9 após a devida quitação, entregar o Documento Único de Transferência (DUT) e todos os documentos para realizar a transferência do veículo;

4.11.10 a CONTRATADA é responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

4.11.11 o dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de a CONTRATADA, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quize) dias, os itens com avarias ou defeitos;

4.11.12 a CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas a que está obrigada;

4.13 O veículo deverá ser entregue com emplacamento do veículo em nome da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Riacho de Santana-BA.

**Obs.:** A Lei nº 9.660/1998 determina que os veículos leves adquiridos para compor frota oficial ou locados de terceiros para uso oficial deverão utilizar combustíveis renováveis. Assim, nas compras de veículos, os mesmos devem ser movidos por, pelo menos, um combustível renovável (etanol, bicombustível, eletricidade etc.), ainda que em conjunto com combustíveis fósseis (gasolina, diesel), na modalidade “flex”.

Por tal motivo, o veículo a ser adquirido deve apresentar maior eficiência energética e menor consumo de combustível dentro de cada categoria. Os padrões mínimos aceitáveis para emissão de poluentes (NMHC, CO, NO<sub>x</sub>), gás de efeito estufa (CO<sub>2</sub>), consumo de combustível (Km/litro) e consumo energético, devem estar em conformidade com os requisitos constantes no Regulamento de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves – estabelecido pela Portaria Inmetro nº 377/2011 e suas alterações.

Para comprovação dos valores, deve ser exigida a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) com os resultados do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) do Inmetro, ou laudo de empresa credenciada contendo as mesmas informações. O veículo deve possuir nível de emissão de poluentes dentro dos limites do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), conforme Resolução Conama nº 16/1986 e Portaria Inmetro nº 522/2013. A comprovação será feita pela ENCE com, no mínimo, uma estrela, o que representa que o veículo está dentro dos limites estabelecidos. Alternativamente, poderá ser apresentado laudo de empresa devidamente credenciada contendo as informações sobre a emissão dos poluentes.

Por não se tratar de objeto de natureza contínua, o prazo do contrato será de 12 (doze) meses.

O objeto demanda vistoria prévia, com a necessidade de emissão de relatório técnico de inspeção e avaliação e/ou laudo técnico de avaliação do veículo, emitido por pessoa e/ou empresa capacitada para tal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

O prazo de entrega do objeto deverá ser de até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana – Bahia.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

O veículo deverá ser entregue em plenas condições de uso, sem nenhum vício e/ou irregularidade. Não será aceito veículo que apresente avarias ou sinais de uso.

O transporte deverá ser realizado de forma adequada para o tipo específico de veículo.

**Características Gerais:**

- ✓ Veículo automotor novo, tipo picape, zero quilômetro, ano/modelo a partir de 2021;
- ✓ fabricação nacional, nacionalizado ou importado montada sobre chassi;
- ✓ cabine dupla, com quatro portas laterais e uma tampa traseira;
- ✓ ar condicionado;
- ✓ capacidade para 05 (cinco) pessoas;
- ✓ com capacidade de carga mínima de 600 kg, conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN;
- ✓ vidros originais ou adaptados de fábrica (desde que a adaptação seja feita por empresa homologada pelo fabricante dos veículos), que deverão abrir e fechar completamente na vertical, nas quatro portas;
- ✓ o para-brisas dianteiro deve possuir faixa degradê no topo;
- ✓ com carroceria em sua totalidade confeccionada em chapa de aço de alta resistência
- ✓ Indicador do nível de combustível;
- ✓ Indicador de temperatura de motor;
- ✓ motor turbo flex, com potência mínima de 100 CV;
- ✓ tração dianteira ou 4x2 ou 4x4 ou 4x4 reduzida, com acionamento no interior do veículo;
- ✓ grade de proteção metálica para cárter/motor, com estrutura e resistência compatível ao uso a que se destina, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, que não cause interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão;
- ✓ direção hidráulica ou elétrica ou eletro-hidráulica;
- ✓ rodas em aço, originais de fábrica, com pneus tipo mud ou *all season* com sobressalente (estepe);
- ✓ freios ABS com EBD;
- ✓ air bag duplo;
- ✓ tanque de combustível de no mínimo 50 litros;
- ✓ sistema de som integrado ao painel com sistema de rádio AM/FM;
- ✓ cor branca sólida;
- ✓ jogo de tapetes emborrachados;
- ✓ protetor de caçamba, capota marítima
- ✓ demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE;

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa para o presente certame é a de compra de veículo automotor tipo Picape, com as seguintes características:

### SEGMENTO: VEÍCULO PICAPE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
01	Veículo novo, tipo picape, zero quilômetro, emplacado, licenciado, ano/modelo a partir de 2021; *fabricação nacional, nacionalizado ou importado, montada sobre chassi; *cabine dupla com quatro portas laterais e uma tampa traseira; *capacidade para 05 (cinco) pessoas; *com capacidade de carga mínima de 600 kg, conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN; *ar condicionado; *vidros originais ou adaptados de fábrica (desde que a adaptação seja feita por empresa homologada pelo fabricante dos veículos), que deverão abrir e fechar completamente na vertical, nas quatro portas; *o para-brisas dianteiro deve possuir faixa degradê no topo; *com carroceria em sua totalidade confeccionada em chapa de aço de alta resistência; *indicador do nível de combustível; *indicador de temperatura de motor; *motor turbo flex, com potência mínima de 100 CV; *tração dianteira ou 4x2 ou 4x4 ou 4x4 reduzida, com acionamento no interior do veículo; *grade de proteção metálica para cárter/motor, com estrutura e resistência compatível ao uso a que se destina, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, que não cause interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão; *direção hidráulica ou elétrica ou eletro-hidráulica; *rodas em aço, originais de fábrica, com pneus tipo mud ou <i>all season</i> com sobressalente (estepe); Freios ABS com EBD; *air bag duplo; *tanque de combustível de no mínimo 50 litros; *sistema de som integrado ao painel com sistema de rádio AM/FM; * cor branca sólida; *jogo de tapetes emborrachados; *protetor de caçamba, capota marítima *e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE.	1	un

## 6 LEVANTAMENTO DE MERCADO

### 6.1 Das alternativas

Foi realizado um levantamento das demais contratações realizadas pelo Poder Público local, a fim de verificar a melhor sistemática utilizada que atendesse à necessidade do órgão. A contratação de locação de veículo, sem motorista e/ou com motorista, foi uma das soluções comumente apresentada.

Não obstante, o custo com essa modalidade não compensa a longo prazo, além, de principalmente, da falta de disponibilidade efetiva desse tipo de transporte, principalmente, nas situações emergenciais.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

Anualmente, o custo com a locação de veículo com motorista: PICK-UP 4x4, gabine dupla 5 lugares fica em torno de R\$80.810,88 (oitenta mil, oitocentos e dez reais e oitenta e oito centavos), enquanto o valor aproximado de uma compra desse mesmo tipo de veículo zero quilômetro fica em torno de cem mil reais.

## **6.2 Da solução**

Considerando o custo-benefício, a complexidade da demanda e das atividades desempenhadas por esta secretaria descrita no item 2 deste ETP, conclui-se que a melhor SOLUÇÃO é a aquisição (compra) do veículo, sem a contratação de qualquer outro serviço embutido, considerando que a serviço de motorista no órgão já é exercido por servidores do quadro.

## **6.3 Da pesquisa de preços**

6.3.1 O levantamento de mercado foi realizado com a busca de orçamentos para a estimativa dos valores de aquisição;

6.3.1.1 A pesquisa foi feita conforme previsto no inciso IV do art. 23 da Lei 14.133/2021 e no inciso IV do art. 5º da instrução normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, pelo fato de o valor disponível para aquisição do referido objeto ser limitado, há um filtro significativo quanto a quantidade de opções de picapes disponíveis que se adequem às necessidades exigidas; por essa razão, foi solicitada uma cotação nas concessionárias mais próximas que tinham picapes desse tipo disponíveis (tendo em vista que no município não há concessionária de carros novos, apenas usados), com o objetivo inicial de ter uma base para a contratação – cabe informar, que dos três e-mails de solicitação de cotação enviados, apenas dois responderam e enviaram a cotação solicitada via e-mail;

6.3.2 também foi utilizado como base, a pesquisa feita na tabela FIPE, que é site eletrônico especializado, que serve como medidor de valores do mercado de automóveis;

6.3.3 as pesquisas encontram-se anexadas ao processo. Salientamos que o modelo de contratação proposto atende satisfatoriamente as necessidades e especificidades do órgão;

6.3.4 o bem demandado é considerado comum e encontrado no mercado nacional, portanto, há um grande número de fornecedores aptos a ofertá-lo;

6.3.5 não existem restrições para a aquisição do bem;

6.3.6 é importante destacar que esta etapa do processo traz uma estimativa inicial, mas posteriormente será feita uma busca oficial, pelo setor responsável do município, dos valores praticados no mercado, seguindo as determinações da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

## **7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Valor (R\$): 120.488,00 (cento e vinte mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

Considerando os preços praticados no mercado, o valor médio global é de R\$ 120.488,00 (cento e vinte mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da fiel entrega do objeto em questão.

## **8 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

A solução que atende às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é a Aquisição do veículo já descrito acima.

A escolha da solução pela aquisição do referido veículo para ficar a cargo da SEMMA, visa a melhoria da qualidade na prestação de serviços e disponibilização de veículo para realização de transporte terrestre, a fim de suprir essas necessidades.

A escolha de aquisição como solução se dá pelo fato de nos últimos anos a secretaria ter trabalhado com veículos locados e, por diversas ocasiões, ter ficado impossibilitada de atender efetivamente algumas demandas e/ou denúncias em decorrência da falta de veículo ou da disposição de veículos inadequados para cumpri-las. Depender dos veículos locados pelo município, como já mencionado no tópico 2 acima, tem atrasado e até mesmo impossibilitado o cumprimento de algumas demandas por parte da equipe técnica da SEMMA.

O veículo a ser adquirido deverá ainda conter os itens e acessórios exigidos por lei. Deverá estar Emplacado com seguro e licenciamento obrigatório quitado no exercício em curso. Deverão ser fornecidos os respectivos manuais de operação e manutenção, do proprietário e de serviço. Deve estar enquadrada nos padrões de proteção ambiental exigido pelo COTRAN. Os veículos deverão ser entregues na cidade de Riacho de Santana-BA.

Nesta solução é importante salientarmos que o objeto a ser adquirido será de propriedade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Riacho de Santana-BA. Portanto, ficando a cargo da Administração Pública Municipal a gestão e custo das seguintes atividades:

- ✓ gestão da Manutenção;
- ✓ reposição de Pneus;
- ✓ reposição de Peças;
- ✓ gestão das Documentações (Licenciamento anual, Seguro DPVAT e IPVA - cabe destacar que, conforme disposto no inciso I do art. 3º da Lei Estadual 6.348 de 1991, os veículos de propriedade do município são imunes ao imposto-);
- ✓ gestão das Infrações de Trânsito, ou, do condutor se houver culpa ou dolo do mesmo;
- ✓ aquisição e Gestão dos Seguros.

Por fim, informa-se que o veículo será utilizado exclusivamente pela SEMMA e deverão ser tomadas todas as precauções e feitas todas as manutenções necessárias para fazer o adequado aproveitamento e prolongar a vida útil do automóvel e assim que necessário e/ou viável o mesmo será vendido/leilado para que o valor adquirido seja reaproveitado na aquisição de um novo para substituí-lo.

O prazo de garantia, além do já ofertado pela fabricante e/ou pela CONTRATADA, será o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Como não há a possibilidade de fracionamento do objeto, por se tratar de um item indivisível, considerando sua natureza e quantidade, não haverá parcelamento da solução.

## **10 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

- Otimização dos serviços da SEMMA;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

- maior eficácia no atendimento às demandas da SEMMA que, para seu cumprimento, dependam da utilização de veículo automotor oficial para que os servidores possam se deslocar com adequada segurança e conforto a fim de desenvolver com qualidade sua missão institucional, importando a melhor entrega à sociedade.
- maior capacidade de carga para transportar materiais de fiscalização e demandas ambientais.
- redução de custos de manutenção junto a oficina CONTRATADA, visto que o veículo novo ou mais novo não demandará ônus com manutenção e trocas de peças cobertas por garantia contratual, durante o período garantia;
- redução do consumo de combustíveis, em virtude de que veículos novos dispõem de tecnologia atualizada, com aumento de eficiência energética.

Portanto, espera-se com a pretendida aquisição de um novo veículo que, do ponto de vista operacional, seja atendida de forma mais eficaz e eficiente ao escopo a ser executado.

#### **11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Faz-se necessário a disponibilização de um local com sistema de segurança (garagem coberta e com portão com cadeado) para guardar, de forma segura, o veículo quando não estiver em uso.

#### **12 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A equipe declara que na presente aquisição não é necessário a contratação de empresa especializada em manutenção veicular, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos-SEINFRA já é responsável por fornecer o referido serviço, com vistas a fazer eventuais manutenções não cobertas pela garantia do fabricante e/ou fornecedor. É importante frisar que trata-se de um veículo novo que, via de regra, demanda pouca manutenção.

O município já dispõe de contrato vigente para fornecimento de combustível local, não sendo necessário, atualmente, abertura de um novo processo para contratação do referido serviço.

É necessário, entretanto, a contratação de empresa especializada em seguro de veículos ou incluir no contrato existente à frota atual.

Como o veículo em questão ficará a cargo da SEMMA, que atua também como órgão fiscalizador da questão ambiental no município, será necessário um serviço de plotagem para promover a adequada identificação visual do automóvel.

#### **13 DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Foi pesquisado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e já foram estabelecidos como requisitos as determinações cabíveis estipuladas no tópico 41. “Veículos”, estando, portanto, a contratação de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

É importante frisar que a SEMMA, como órgão coordenador do Sistema Municipal de Meio Ambiente-SISMUMA, sempre prioriza, incentiva e busca as práticas menos danosas e mais sustentáveis para o meio ambiente e não será diferente durante o processo de aquisição e utilização do objeto em questão.

#### **14 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
E S T A D O D A B A H I A  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

### **JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

A contratação em comento é viável e necessária, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de serviço contínuo, de apoio à realização das atividades essenciais ao desempenho das atribuições do órgão, justificando-se pela própria natureza dos serviços contratados, que visam propiciar auxílio aos servidores nas suas atividades administrativas.

Riacho de Santana, 27 de Fevereiro de 2024.

---

**FRANCISCO MÁRIO FAGUNDES BARBOSA**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto Mun. N°289/2021.

---

**ÉRICA FERREIRA SENA**

Subcoordenadora de Apoio Administrativo

Decreto n° 153/2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**LEI 14.133/21 – AQUISIÇÃO**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

**1.1 DO OBJETO**

1.1.1 Aquisição de **veículo, tipo picape, zero quilômetro, 4 portas, ano/modelo a partir de 2021**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMA de Riacho de Santana-BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**SEGMENTO: VEÍCULO PICAPE**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MARCA/LINHA/MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
01	Veículo novo, tipo picape, zero quilômetro, emplacado, licenciado, ano/modelo a partir de 2021; *fabricação nacional, nacionalizado ou importado, montada sobre chassi; *cabine dupla com quatro portas laterais e uma tampa traseira; *capacidade para 05 (cinco) pessoas; *com capacidade de carga mínima de 600 kg, conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN; *ar condicionado; *vidros originais ou adaptados de fábrica (desde que a adaptação seja feita por empresa homologada pelo fabricante dos veículos), que deverão abrir e fechar completamente na vertical, nas quatro portas; *o para-brisas dianteiro deve possuir faixa degradê no topo; *com carroceria em sua totalidade confeccionada em chapa de aço de alta resistência; *indicador do nível de combustível; *indicador de temperatura de motor; *motor turbo flex, com potência mínima de 100 CV; *tração dianteira ou 4x2 ou 4x4 ou 4x4 reduzida, com acionamento no interior do veículo; *grade de proteção metálica para cárter/motor, com estrutura e resistência compatível ao uso a que se destina, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, que não cause interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto	1		un	R\$ 110.00,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

	motor/transmissão; *direção hidráulica ou elétrica ou eletro-hidráulica; *rodas em aço, originais de fábrica, com pneus tipo mud ou <i>all season</i> com sobressalente (estepe); Freios ABS com EBD; *air bag duplo; *tanque de combustível de no mínimo 50 litros; *sistema de som integrado ao painel com sistema de rádio AM/FM; * cor branca sólida; *jogo de tapetes emborrachados; *protetor de caçamba, capota marítima *e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE.			
<b>VALOR GLOBAL: Valor (R\$): R\$ 110.00,00 (cento e dez mil reais).</b>				

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 21 de 23 de fevereiro de 2023.

1.3 O prazo de vigência da contratação será de **12 meses**, contados da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogável por igual período;

1.4 O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMA, conforme disposto no art. 41 da Lei Municipal 224/2013, é responsável, dentre outras coisas, por:

- ✓ promover e coordenar atividades relacionadas com a produção, aquisição e distribuição de sementes e mudas em todo o município;
- ✓ promover, coordenar, e fiscalizar as atividades inerentes à arborização e jardinagem no município;
- ✓ promover a execução de projetos e atividades voltados para a garantia de padrões adequados de qualidade ambiental do Município;
- ✓ monitorar e fiscalizar as atividades industriais, comerciais de prestação de serviços e outras de qualquer natureza, que causem ou possam causar impacto ou degradação ambiental; e
- ✓ fiscalizar e controlar as fontes poluidoras e de degradação ambiental, observada a legislação competente; promover medidas para prevenir e corrigir as alterações do meio ambiente natural, urbano e rural.

O Código Municipal de Meio Ambiente, Lei Municipal 228/2013, também prevê, em seu art. 89, que são atribuições da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, dentre outras:

(...)

- ✓ exercer o controle, o monitoramento, a fiscalização e a avaliação dos recursos naturais do Município;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

- ✓ realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando potencial ou efetivamente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
- ✓ promover a educação ambiental;
- ✓ atuar em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;
- ✓ dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao COMDEMA;
- ✓ dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público, nas suas ações institucionais em defesa do Meio Ambiente;

Para suprir as demandas em questão, a SEMMA conta atualmente com uma equipe de 14 servidores, sendo que 7 desses compõem a equipe técnica que, regularmente, exerce demandas externas, principalmente na zona rural do município, e para tal necessita de um veículo apropriado e seguro para transportá-la.

Além dos servidores supramencionados, a SEMMA é responsável por suprir e gerenciar anualmente a equipe de prevenção e combate a incêndios no município; para tanto, durante alguns meses do ano, precisa transportar a equipe de combate a incêndios e os materiais necessários, como as bombas-costais anti-incêndio, que são pesadas e volumosas, além de vários itens necessários para a prevenção e combate a incêndios.

Durante as fiscalizações e campanhas de educação ambiental também é necessário transportar, além dos servidores da SEMMA, os materiais necessários para execução dos serviços (como placas e ferramentas) e, por vezes, os materiais apreendidos durante a fiscalização.

A SEMMA também gerencia o viveiro municipal de mudas e precisa transportar insumos e materiais para o mesmo, além de precisar também carregar, por diversas vezes no ano, durante as campanhas de educação ambiental, uma grande quantidade de mudas.

Atualmente a SEMMA utiliza um veículo cedido pela prefeitura municipal, o mesmo faz parte da frota de veículos alugada pelo município, todavia, depender da disponibilização de veículos para executar nossas demandas tem prejudicado significativamente a qualidade da nossa fiscalização ambiental, bem como o cumprimento das demais demandas, tendo em vista que contamos com uma significativa rotatividade de veículos. Por vezes já nos disponibilizaram veículos que cabiam apenas o motorista e mais uma pessoa, pois era um veículo com carroceria, mas com cabine simples, de apenas dois bancos e na maioria das vezes os veículos disponibilizados não eram preparados para circular na zona rural, pois não tinham capacidade de transitar de forma segura e confortável nas estradas vicinais, principalmente durante o período chuvoso.

Em razão das questões supramencionadas verificou-se que, no momento, faz-se necessário a aquisição de um veículo Picape, cabine dupla, com quatro portas e carroceria, para que possa comportar de forma segura e confortável os servidores e colaboradores da SEMMA, ser prático para entrar e sair rápido (pela questão da fiscalização ambiental) e que também possa transportar uma grande quantidade de equipamentos na carroceria.

Picapes tem uma capacidade de transporte ampliada, isso permite o transporte eficiente de materiais como equipamentos de monitoramento ambiental, ferramentas de conservação, e até mesmo suprimentos para missões de resgate ou manutenção de áreas naturais.

Esse tipo de veículo também facilitaria o acesso a locais remotos e difíceis de alcançar, pois uma picape cabine dupla equipada adequadamente pode também enfrentar terrenos difíceis. Além disso, a capacidade de transportar uma equipe mais ampla pode ser



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

crucial em situações onde múltiplos profissionais precisam ser deslocados para áreas remotas de conservação ambiental ou para emergências ambientais.

A SEMMA também é responsável por prestar suporte, inclusive material, à Associação Ecológica Fio de Óleo, (que é responsável por executar o projeto óleo pela natureza, que garantiu ao município de Riacho de Santana o primeiro lugar na premiação Bahia Sustentável, na categoria Gestão Municipal Sustentável) e também aos Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

Uma Picape cabine dupla oferece flexibilidade adicional para utilização em uma variedade de contextos, não se limitando apenas ao transporte em terrenos difíceis. Isso significa que o veículo pode ser empregado em uma gama mais ampla de tarefas relacionadas à conservação ambiental, como patrulhamento, transporte de voluntários, e até mesmo campanhas de conscientização pública.

A falta de veículo adequado, com a devida identificação (plotagem), pode comprometer diretamente a segurança dos servidores e colaboradores da SEMMA que vão frequentemente a campo, além de inviabilizar a adequada fiscalização ambiental no município, regularmente realizada por esta secretaria, razão pela qual, faz-se necessário a urgente aquisição de um veículo próprio para esta secretaria, que seja devidamente apropriado para as necessidades da mesma.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')**

3.1 A solução que melhor atende às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é a Aquisição do veículo já descrito acima.

3.2 A escolha da solução pela aquisição do referido veículo, para ficar a cargo da SEMMA, visa a melhoria da qualidade na prestação de serviços e disponibilização de veículo para realização de transporte terrestre, a fim de suprir essas necessidades.

3.3 A escolha de aquisição como solução se dá pelo fato de nos últimos anos a secretaria ter trabalhado com veículos locados e, por diversas ocasiões, ter ficado impossibilitada de atender efetivamente algumas demandas e/ou denúncias em decorrência da falta de veículo ou da disposição de veículos inadequados para cumpri-las. Dependendo dos veículos locados pelo município, como já mencionado no tópico 2 acima, tem atrasado e até mesmo impossibilitado o cumprimento de algumas demandas por parte da equipe técnica da SEMMA.

3.4 O veículo a ser adquirido deverá ainda conter os itens e acessórios exigidos por lei. Deverá estar Emplacado com seguro e licenciamento obrigatório quitado no exercício em curso. Deverão ser fornecidos os respectivos manuais de operação e manutenção, do proprietário e de serviço. Deve estar enquadrada nos padrões de proteção ambiental exigido pelo COTRAN. Os veículos deverão ser entregues na cidade de Riacho de Santana-BA.

3.5 Nesta solução é importante salientarmos que o objeto a ser adquirido será de propriedade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Riacho de Santana-BA. Portanto, ficando a cargo da Administração Pública Municipal a gestão e custo das seguintes atividades:

- ✓ gestão da Manutenção;
- ✓ reposição de Pneus;
- ✓ reposição de Peças;
- ✓ gestão das Documentações (Licenciamento anual, Seguro DPVAT e IPVA);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

✓ gestão das Infrações de Trânsito, ou, do condutor se houver culpa ou dolo do mesmo;

✓ aquisição e Gestão dos Seguros.

3.6 É importante também destacar que o veículo será utilizado exclusivamente pela SEMMA e deverão ser tomadas todas as precauções e feitas todas as manutenções necessárias para fazer o adequado aproveitamento e prolongar a vida útil do automóvel e assim que necessário e/ou viável o mesmo será vendido/leiloado para que o valor adquirido seja reaproveitado na aquisição de um novo.

3.7 O prazo de garantia, além do já ofertado pela fabricante e/ou pela CONTRATADA, será o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21):**

4.1 a contratação se dará por Pregão Eletrônico, por se tratar de um bem comum com características padrão;

4.2 o critério de julgamento será menor preço;

4.3 poderão participar deste certame as empresas que atendam aos requisitos mínimos exigidos para o cadastramento e participação no processo. Além disso, deverão assegurar o cumprimento dos compromissos firmados no eventual contrato durante toda a sua vigência;

4.4 por não se tratar de objeto de natureza contínua, o prazo do contrato será de 12 (meses);

4.5 o objeto demanda vistoria prévia, com a necessidade de emissão de relatório técnico de inspeção e avaliação e/ou laudo técnico de avaliação do veículo, emitido por pessoa e/ou empresa capacitada para tal;

4.6 a Lei nº 9.660/1998 determina que os veículos leves adquiridos para compor frota oficial ou locados de terceiros para uso oficial deverão utilizar combustíveis renováveis, sendo assim o automóvel deve ser movido por, pelo menos, um combustível renovável (etanol, bicombustível, eletricidade etc.), ainda que em conjunto com combustíveis fósseis (gasolina, diesel), na modalidade “flex”;

4.7 o veículo deverá estar de acordo com o estabelecido na Resolução Conama Nº 492 (PROCONVE L7), quanto a emissão de gases poluentes;

4.8 as baterias dos veículos deverão atender à Resolução Conama nº 401;

4.9 o veículo deve apresentar maior eficiência energética e menor consumo de combustível dentro de cada categoria. Os padrões mínimos aceitáveis para emissão de poluentes (NMHC, CO, NOx), gás de efeito estufa (CO2), consumo de combustível (Km/litro) e consumo energético, devem estar em conformidade com os requisitos constantes no Regulamento de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves – estabelecido pela Portaria Inmetro nº 377/2011 e suas alterações;

4.10 deve conter a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) com os resultados do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) do Inmetro, ou laudo de empresa credenciada contendo as mesmas informações;

4.11 deve possuir nível de emissão de poluentes dentro dos limites do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), conforme Resolução Conama nº 16/1986 e Portaria Inmetro nº 522/2013;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

4.11.1 a comprovação será feita pela ENCE com, no mínimo, uma estrela, o que representa que o veículo está dentro dos limites estabelecidos. Alternativamente, poderá ser apresentado laudo de empresa devidamente credenciada contendo as informações sobre a emissão dos poluentes

4.12 o veículo deverá ser entregue registrado, licenciado e emplacado no DETRAN-BA, isento de IPVA, conforme os prazos de entrega previstos pela pesquisa de mercado, ou seja, em até 90 dias;

4.13 Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, n° 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata;

4.14 o veículo deverá conter todos os demais itens de segurança legalmente exigidos para circulação, principalmente os exigidos pela lei n° 9503/1997;

4.15 o veículo deverá ter instalado película nos vidros dianteiro, laterais e traseiro, no nível máximo, dentro dos padrões permitidos pelos órgãos fiscalizadores;

4.16 será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA:

4.16.1 o fornecimento do estabelecido na Nota de Empenho;

4.16.2 o custo de todas as despesas decorrentes do carregamento, transporte e descarregamento e/ou entrega do veículo na sede da SEMMA;

4.16.3 a emissão de relatório de inspeção e avaliação e/ou laudo técnico de avaliação do veículo, emitido por pessoa e/ou empresa capacitada para tal;

4.16.4 os riscos e infrações cometidas até a entrega do veículo, conforme previsto no art. 491 do Código Civil (Lei 10.406 de 2002);

4.16.5 as multas, impostos e taxas não quitados e incidentes sobre objeto do presente termo, até a data da entrega deste, são de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que assume o compromisso de pagar os respectivos montantes e apresentar seus comprovantes no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato;

4.16.6 no intervalo entre a data deste contrato até a entrega do veículo, a CONTRATADA assume a responsabilidade cível ou criminal pela condução do mesmo, isentando a CONTRATANTE de qualquer ônus ou reparação, co-responsabilidade ou participação em qualquer ato em desacordo com o Código Nacional de Trânsito, sendo esta responsabilidade transferida à CONTRATANTE somente a partir do ato de entrega do veículo;

4.16.7 a manutenção, de acordo com a garantia ofertada pela concorrente, durante toda execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

4.16.8 após a devida quitação por parte do CONTRATANTE, entregar o Documento Único de Transferência (DUT) e todos os documentos para realizar a transferência do veículo;

4.16.9 a CONTRATADA é responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/1990);

4.16.9.1 o dever previsto no subitem 4.13.9 implica na obrigação de a CONTRATADA, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os itens com avarias ou defeitos;

4.17 a CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas as quais está obrigada;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

- 4.18 comprovar a aptidão para o fornecimento do item em características, quantidade e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 4.19 não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 4.20 não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.21 A empresa deverá apresentar o prospecto contendo imagem e a descrição detalhada do veículo conforme termo referencial.

**5. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).**

**CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 5.1 o prazo de entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana – Bahia, em remessa única, de acordo com a ordem de fornecimento.
- 5.2 caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar expressa e formalmente (para o e-mail **riachocompras2023@hotmail.com**) as respectivas razões, com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 5.3 o automóvel e todos os itens que o acompanham deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMA, no seguinte endereço: Rua Presidente João Goulart, s/n, Castelo Branco, Riacho de Santana, Bahia, preferencialmente em horário comercial (das 08 às 17 horas de segunda a sexta-feira) em remessa única;
- 5.4 o veículo deverá ser entregue em plenas condições de uso, sem nenhum vício e/ou irregularidade. Não será aceito veículo que apresente avarias ou sinais de uso;
- 5.5 o veículo deverá ser entregue registrado, licenciado e emplacado no DETRAN-BA, isento de IPVA, em até de 30(trinta) dias.
- 5.6 o transporte deverá ser realizado de forma adequada para o tipo específico de veículo, de forma a garantir a integridade do mesmo e a segurança dos envolvidos no transporte e de terceiros;
- 5.7 a entrega deverá ser acompanhada por funcionário devidamente indicado pela unidade recebedora, determinado pelo gestor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMA de Riacho de Santana-BA;
- 5.7.1 Caso a qualidade do objeto entregue não corresponda às especificações técnicas estabelecidas no edital, bem como desobedeça às normas legais específicas vigentes, não será recebido e/ou aceito pela administração e será devolvido, mediante registro comprovando sua inaceitabilidade, devendo ser substituído no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos.
- 5.8 o veículo deverá ser entregue com os manuais de usuário e de manutenção, duas chaves de ignição e com as manutenções e revisões devidamente realizadas;
- 5.9 todas as despesas de frete, impostos, encargos incidentes deverão ser inclusos no preço da proposta e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

**GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

5.10 o prazo de garantia, além do já ofertado pela fabricante e/ou pela CONTRATADA, será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.11 o veículo ofertado deverá possuir assistência técnica dentro de um raio de até, no máximo, 380 km da cidade de Riacho de Santana-BA:

5.11.1 essa condição se justifica pelo fato da necessidade de termos que levar os veículos para a realização de serviços cobertos pela garantia, revisões e/ou eventuais reparos e manutenções posteriores. É inviável a assistência ser realizada em cidades muito mais distantes que isso ou em outros estados, além do possível fato da SEMMA ser obrigada a ficar sem o veículo – logo sem a realização das atividades – por longos períodos, caso a assistência coberta pela garantia fique muito distante;

5.12 Durante o período de garantia do veículo, quaisquer peças que necessitem substituição e/ou mão de obra para execução do serviço, assim como todas as revisões necessárias para a manutenção da garantia, prevista no manual do fabricante, não trarão ônus para a CONTRATANTE;

5.13.1 no caso dos materiais ou peças, que apresentem defeitos e forem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

5.13 A licitante declarada vencedora deverá indicar o(s) nome(s) da(s) empresa(s) credenciada(s)/autorizada(s), dentro do raio estabelecido no tópico 5.11, para prestação dos serviços de garantia do veículo;

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

**6.1 Das rotinas de fiscalização contratual**

6.1.1 o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

6.1.2 em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.1.3 a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

6.1.3.1 o fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.1.3.2 o fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.1.4 o contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118);

6.1.4.1 a indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º);

6.1.5 o contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

6.1.6 o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.1.7 somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

6.1.7.1 a inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.1.8 as comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

6.1.9 o órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

## **6.2 Da fiscalização técnica**

6.2.1 o fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.2.2 o fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.2.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.2.4 o fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.2.5 no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.2.6 o fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **6.3 Da fiscalização administrativa**

6.3.1 o fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, I e II);

6.3.2 caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

#### **6.4 Gestor do contrato**

6.4.1 o gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.4.2 o gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

6.4.3 o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.4.4 o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

6.4.5 o gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

6.4.6 o gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.4.7 o gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará relatório lavrado pelo fiscal de contrato o qual informará se houve o cumprimento fiel do objeto ou não.

##### **7.2 Do pagamento**

7.2.1 a forma de remuneração da empresa contratada será a acordada no instrumento contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

#### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021)**

##### **8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO (por se tratar de produto que tem característica



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

padrão), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## **8.2 Forma de fornecimento**

8.2.1 Devido à natureza do objeto e ao fato de ser apenas um item, o fornecimento deste será feito de uma só vez, em sua totalidade, conforme estipulado na ordem de fornecimento do setor de compras e almoxarifado da Prefeitura Municipal, de Riacho de Santana-BA.

## **9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **9.1 Da habilitação da pessoa jurídica**

9.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.1.2 Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.1.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.1.4 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.1.6 Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI, emitido pela Receita Federal do Brasil, caso o interessado seja um MEI – Micro Empreendedor Individual.

9.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.1.8 Certidão Simplificada ou Termo de Enquadramento comprovando a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, expedido pela Junta Comercial do domicílio do interessado, caso cumpra os requisitos legais para esse enquadramento, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 com alterações promovidas pela Lei 147/2014.

9.1.9 Cópia da cédula de identidade do sócio administrador com poderes legais constituídos para representar a empresa e assinatura do contrato. Quando se tratar de procurador, além da procuração deverá ser apresentado o RG/CPF do outorgado;

### **9.2 Responsabilidade fiscal e social para pessoa jurídica**

9.2.1 Comprovante de inscrição do CNPJ, expedido pela Receita Federal do Brasil;

9.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio do interessado;

9.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio do interessado;

9.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02.10.2014), expedida pela Receita Federal;

9.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);

9.2.6 Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

9.2.7 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame (se houver).

**9.3 Qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica**

9.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes e balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou de outro indicador que o venha a substituir;

9.3.3 Os documentos referidos no sub item 9.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, conforme § 6º do Art. 69 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

9.3.4 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.3.5 Se houver necessidade de atualização do balanço patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinados pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).

9.3.6 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo não circulante  $\geq 1,0$

Índice Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante  $\geq 1,0$

Índice de Solvência Geral:

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo não circulante  $\geq 1,0$

9.3.7 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (art. 69, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.8 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.3.9 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa licitante, com validade mínima de 30 dias, ou aquela expressa no corpo da mesma ou com data não superior a 06 (seis) meses da data



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar de ato normativo próprio ou do documento.

#### **9.4 Qualificação técnica**

9.4.1 comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional, quando for o caso;

9.4.2 para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.4.3 será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

9.4.4 os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.6 A empresa deverá apresentar o prospecto contendo imagem e a descrição detalhada do veículo conforme termo referencial.

#### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas referentes ao objeto deste termo, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

	<b>Dotações</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	0211 – Secretaria Municipal de Meio e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
<b>Projeto/Atividade</b>	2026 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
<b>Elemento de Despesa</b>	4.4.90.52.00 15000000 Equipamentos e Material Permanente

Riacho de Santana, 27 de Fevereiro de 2024.

---

**FRANCISCO MÁRIO FAGUNDES BARBOSA**

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto Mun. N°289/2021.

---

**ÉRICA FERREIRA SENA**

Subcoordenadora de Apoio Administrativo

Decreto n° 153/2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**ANEXO III**  
**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

A documentação a ser exigida para fins de habilitação deste edital, deverá ser apresentada pelo fornecedor mais bem classificado, após a etapa de lances, cuja objeto social deverá ser compatível com o objeto licitado, consistir-se-á em:

**1. Da habilitação da pessoa jurídica**

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

1.2. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

1.4. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.6. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI, emitido pela Receita Federal do Brasil, caso o interessado seja um MEI – Micro Empreendedor Individual.

1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

1.8. Certidão Simplificada ou Termo de Enquadramento comprovando a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, expedido pela Junta Comercial do domicílio do interessado, caso cumpra os requisitos legais para esse enquadramento, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 com alterações promovidas pela Lei 147/2014.

1.9. Cópia da cédula de identidade do sócio administrador com poderes legais constituídos para representar a empresa e assinatura do contrato. Quando se tratar de procurador, além da procuração deverá ser apresentado o RG/CPF do outorgado;

**2. Responsabilidade fiscal e social para pessoa jurídica**

2.1. Comprovante de inscrição do CNPJ, expedido pela Receita Federal do Brasil;

2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio do interessado;

2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio do interessado;

2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02.10.2014), expedida pela Receita Federal;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

- 2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);
- 2.6. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- 2.7. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame (se houver).

**3. Qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica**

- 3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes e balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou de outro indicador que o venha a substituir;
- 3.3. Os documentos referidos no sub item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, conforme § 6º do Art. 69 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.
- 3.4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 3.5. Se houver necessidade de atualização do balanço patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinados pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).
- 3.6. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo não circulante  $\geq 1,0$

Índice Liquidez Corrente

Ativo Circulante  
Passivo Circulante  $\geq 1,0$

Índice de Solvência Geral:

Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo não circulante  $\geq 1,0$

- 3.6.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

(dez por cento) do valor estimado da contratação (art. 69, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021).

3.6.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

3.6.3. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis de Resultado estão dispensados para MEI – Micro Empreendedor Individual.

#### **4. Qualificação técnica**

4.1. comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional, quando for o caso;

4.2. para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.3. será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

4.4. os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.6. A empresa deverá apresentar o prospecto contendo imagem e a descrição detalhada do veículo conforme termo referencial.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO GERAL CONJUNTA PARA HABILITAÇÃO**

(Nome da pessoa jurídica) \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_ sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, endereço eletrônico \_\_\_\_\_, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação do representante legal) \_\_\_\_\_, declara sob as penas da lei:

Que possui pleno conhecimento de todas as informações e das condições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Que está apta a participar de licitações e contratações administrativas, conforme respectivo Edital de Pregão Eletrônico, não estando enquadrada em nenhum impedimento legal para licitar e contratar com o Município de Riacho de Santana-Estado da Bahia, especialmente no que tange ao inciso III, do Art. 14 da Lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, atendendo a todas as exigências feitas no referido instrumento convocatório, inclusive aquelas relativas ao cumprimento do objeto do Pregão Eletrônico.

Que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Que, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, combinado com o inciso VI, do Art. 68 Lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Que, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei 14.133/21 não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que impossibilita a referida empresa de participar deste processo.

Riacho de Santana – BA, DIA de MÊS de 2024.

\_\_\_\_\_  
Razão Social / CNPJ / Nome e Nº do RG  
do Representante Legal / Assinatura

CARIMBO DA EMPRESA

NÃO SERÃO ACEITAS DECLARAÇÕES MANUSCRITAS, TAMPOUCO AQUELAS PREENCHIDAS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PREFEITURA. AS MESMAS DEVERÃO SER CONFECCIONADAS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE OBEDIÊNCIA**

A Pessoa Jurídica/física xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na cidade de xxxxxxxxxxxx, à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxx, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob nº xxx, e-mail xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por seu representante o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, declara para fins de contratação com a Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, que na qualidade de licitante vencedora do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, fornecerá os serviços objeto do referido Pregão de forma satisfatória, e que cumprirá com todas as ordens determinadas pela Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_

Riacho de Santana – BA, xxx de xxxxxxx 2024.

\_\_\_\_\_  
Razão Social / CNPJ / Nome e Nº do RG  
do Representante Legal / Assinatura

CARIMBO DA EMPRESA

NÃO SERÃO ACEITAS DECLARAÇÕES MANUSCRITAS, TAMPOUCO AQUELAS  
PREENCHIDAS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PREFEITURA. AS MESMAS DEVERÃO  
SER CONFECCIONADAS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
LICITANTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Nome da Pessoa Jurídica/Pessoa Física ) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,  
CNPJ nº. xxxxxxxxxxxxx sediada (endereço completo) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,  
endereço eletrônico \_\_\_\_\_, neste ato representada  
legalmente por (nome e qualificação do representante legal)  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, declara sob as penas da lei:  
Cumprir plenamente os requisitos para classificar-se como Microempresa ou  
Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº  
123/2006 com alterações promovidas pela LC 147/2014. Declara, ainda, ciente  
das responsabilidades administrativas, civis e criminais.

Riacho de Santana – BA, DIA de MÊS de 2024.

---

Razão Social / CNPJ / Nome e Nº do RG  
do Representante Legal / Assinatura

NÃO SERÃO ACEITAS DECLARAÇÕES MANUSCRITAS, TAMPOUCO AQUELAS  
PREENCHIDAS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PREFEITURA. AS MESMAS DEVERÃO  
SER CONFECCIONADAS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
LICITANTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

## **ANEXO VII**

### **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

DECLARA que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade, em atendimento ao inciso IV do Art. 63 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Riacho de Santana – BA, DIA de MÊS de 2024.

---

Razão Social / CNPJ / Nome e Nº do RG  
do Representante Legal / Assinatura

NÃO SERÃO ACEITAS DECLARAÇÕES MANUSCRITAS, TAMPOUCO AQUELAS PREENCHIDAS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PREFEITURA. AS MESMAS DEVERÃO SER CONFECCIONADAS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
E S T A D O D A B A H I A  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

## **ANEXO VIII**

### **TERMO DE COMPROMISSO**

Declaro para os devidos fins que nos comprometemos a providenciar substituição do produto por outro, no prazo de 15 (quinze) dias, caso a qualidade do objeto entregue não corresponda às especificações técnicas estabelecidas no edital, bem como desobedeça às normas legais específicas vigentes, em conformidade com o edital de licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_divulgado pelo Município de Riacho de Santana.

Riacho de Santana – BA, xxxx de xxxxxxxxxxxx de 2024.

---

Razão Social / CNPJ /  
Nome e Nº do RG do Representante Legal / Assinatura

CARIMBO DA EMPRESA

NÃO SERÃO ACEITAS DECLARAÇÕES MANUSCRITAS, TAMPOUCO AQUELAS  
PREENCHIDAS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PREFEITURA. AS MESMAS DEVERÃO  
SER CONFECCIONADAS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
LICITANTE





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**ANEXO IX**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO (opcional)**

(Nome da Empresa), CNPJ n.º \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo), neste ato representado por seu sócio/gerente, o Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade, com poderes estabelecidos no ato de investidura (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.) conforme cópia em anexo, no uso de suas atribuições legais, nomeia e constitui seu bastante PROCURADOR o Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, cargo, portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, com poderes para representá-lo junto ao Município de Riacho de Santana – Prefeitura Municipal de Riacho de Santana - Bahia, podendo participar no presente processo licitatório Pregão Eletrônico N.º \_\_\_\_\_, apresentar a proposta, ofertar lances, manifestar intenção de interpor recursos, assinar atas e contratos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Riacho de Santana – BA, xx de xxxxxxxxxxxx 2024.

\_\_\_\_\_  
Razão Social / CNPJ /  
Nome e N.º do RG do Representante Legal / Assinatura

CARIMBO DA EMPRESA

RECONHECER FIRMA DA ASSINATURA DO OUTORGANTE

NÃO SERÃO ACEITAS DECLARAÇÕES MANUSCRITAS, TAMPOUCO AQUELAS  
PREENCHIDAS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PREFEITURA. AS MESMAS DEVERÃO  
SER CONFECCIONADAS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
LICITANTE





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

que não cause interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão; *direção hidráulica ou elétrica ou eletro-hidráulica; *rodas em aço, originais de fábrica, com pneus tipo mud ou <i>all season</i> com sobressalente (estepe); Freios ABS com EBD; *air bag duplo; *tanque de combustível de no mínimo 50 litros; *sistema de som integrado ao painel com sistema de rádio AM/FM; * cor branca sólida; *jogo de tapetes emborrachados; *protetor de caçamba, capota marítima *e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE.				
<b>VALOR GLOBAL: Valor (R\$):</b>				

No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, fretes, transportes, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos a todas as condições do Edital de pregão Eletrônico.

Riacho de Santana – BA, DIA de MÊS de XXXX.

Razão Social / CNPJ / Nome e Nº do RG do Representante Legal / Assinatura

**CARIMBO DA EMPRESA**

NÃO SERÃO ACEITAS DECLARAÇÕES MANUSCRITAS, TAMPOUCO AQUELAS PREENCHIDAS EM FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA.. AS MESMAS DEVERÃO SER CONFECCIONADAS PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

**ANEXO X**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024**  
**PREGÃO ELETRONICO Nº XXX/2024**  
CONTRATO Nº XXX/2024

Contrato visando à aquisição de veículo, tipo picape, zero quilômetro, 4 portas, ano/modelo a partir de 2021, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMA de Riacho de Santana-BA, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/BA e a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Termo de Contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Riacho de Santana-BA e a Empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na forma que se segue:

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.105.191/0001-60, com endereço à Praça Monsenhor Tobias, nº 321, Centro, Município de Riacho de Santana – BA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. João Vitor Martins Laranjeira.

**CONTRATADA:** Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, endereço eletrônico xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xx, xxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxx, CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, RG xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxx, xxxxxxx, xxxxx, cep xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA.

**CONTRATANTE de um lado e CONTRATADO (A) de outro**, celebram o presente instrumento particular de contrato para a aquisição de veículo, tipo picape, zero quilômetro, 4 portas, ano/modelo a partir de 2021, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMA I do município de Riacho de Santana-Bahia – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal 14.133/20.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de veículo, tipo picape, zero quilômetro, 4 portas, ano/modelo a partir de 2021, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMA do município de Riacho de Santana-Bahia, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MARCA/LINHA /MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO
01	Veículo novo, tipo picape, zero quilômetro, emplacado,	1		un	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

<p>licenciado, ano/modelo a partir de 2021; *fabricação nacional, nacionalizado ou importado, montada sobre chassi; *cabine dupla com quatro portas laterais e uma tampa traseira; *capacidade para 05 (cinco) pessoas; *com capacidade de carga mínima de 600 kg, conforme Deliberação nº 64/2008 CONTRAN; *ar condicionado; *vidros originais ou adaptados de fábrica (desde que a adaptação seja feita por empresa homologada pelo fabricante dos veículos), que deverão abrir e fechar completamente na vertical, nas quatro portas; *o para-brisa dianteiro deve possuir faixa degradê no topo; *com carroceria em sua totalidade confeccionada em chapa de aço de alta resistência; *indicador do nível de combustível; *indicador de temperatura de motor; *motor turbo flex, com potência mínima de 100 CV; *tração dianteira ou 4x2 ou 4x4 ou 4x4 reduzida, com acionamento no interior do veículo; *grade de proteção metálica para cárter/motor, com estrutura e resistência compatível ao uso a que se destina, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, que não cause interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão; *direção hidráulica ou elétrica ou eletro-hidráulica; *rodas em aço, originais de fábrica, com pneus tipo mud ou <i>all season</i> com sobressalente (estepe); Freios ABS com EBD; *air bag duplo; *tanque de combustível de no mínimo</p>				
---	--	--	--	--



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

50 litros; *sistema de som integrado ao painel com sistema de rádio AM/FM; * cor branca sólida; *jogo de tapetes emborrachados; *protetor de caçamba, capota marítima *e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE.				
<b>VALOR GLOBAL: Valor (R\$):</b>				

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é 12(doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, por acordo entre as partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

3.1 O prazo de entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana – Bahia, em remessa única, de acordo com a ordem de fornecimento.

3.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar expressa e formalmente (para o e-mail **riachocompras2023@hotmail.com**) as respectivas razões, com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

3.3 O automóvel e todos os itens que o acompanham deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMA, no seguinte endereço: Rua Presidente João Goulart, s/n, Castelo Branco, Riacho de Santana, Bahia, preferencialmente em horário comercial (das 08 às 17 horas de segunda a sexta-feira) em remessa única;

3.4 O veículo deverá ser entregue em plenas condições de uso, sem nenhum vício e/ou irregularidade. Não será aceito veículo que apresente avarias ou sinais de uso;

3.5 O veículo deverá ser entregue registrado, licenciado e emplacado no DETRAN-BA, isento de IPVA, em até de 30(trinta) dias.

3.6 O transporte deverá ser realizado de forma adequada para o tipo específico de veículo, de forma a garantir a integridade do mesmo e a segurança dos envolvidos no transporte e de terceiros;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

3.7 O entrega deverá ser acompanhada por funcionário devidamente indicado pela unidade recebedora, determinado pelo gestor da Secretaria Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMA de Riacho de Santana-BA;

3.7.1. Caso a qualidade do objeto entregue não corresponda às especificações técnicas estabelecidas no edital, bem como desobedeça às normas legais específicas vigentes, não será recebido e/ou aceito pela administração e será devolvidos, mediante registro comprovando sua inaceitabilidade, devendo ser substituído no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos.

3.8 O veículo deverá ser entregue com os manuais de usuário e de manutenção, duas chaves de ignição e com as manutenções e revisões devidamente realizadas;

3.9 Todas as despesas de frete, impostos, encargos incidentes deverão ser inclusos no preço da proposta e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

3.10 O prazo de garantia, além do já ofertado pela fabricante e/ou pela CONTRATADA, será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.11 O veículo ofertado deverá possuir assistência técnica dentro de um raio de até, no máximo, 380 km da cidade de Riacho de Santana, Bahia.

3.12 Durante o período de garantia do veículo, quaisquer peças que necessitem substituição e/ou mão de obra para execução do serviço, assim como todas as revisões necessárias para a manutenção da garantia, prevista no manual do fabricante, não trarão ônus para a CONTRATANTE;

3.12.1 no caso dos materiais ou peças, que apresentem defeitos e forem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

3.13 A licitante declarada vencedora deverá indicar o(s) nome(s) da(s) empresa(s) credenciada(s)/autorizada(s), dentro do raio estabelecido no tópico 3.11, para prestação dos serviços de garantia do veículo.

#### **4. CLÁUSULA TERCEIRA – DA GESTÃO CONTRATUAL**

##### **4.1. Das rotinas de fiscalização contratual**

4.1.1. A Fiscalização deste contrato ficará a cargo do(a) Servidor(a) Público(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, designado(a) através da Portaria nº xx/xxxx de xx de xxxxxx de 2024.

4.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

4.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

4.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

4.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

4.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

119).

4.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

4.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

4.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

4.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

4.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

**4.13. Dos requisitos gerais**

4.14. A empresa contratada deverá possuir aporte técnico que proporcione reais garantias para execução do objeto.

4.15. A empresa contratada deverá prestar, durante a execução do objeto, toda assistência técnico-administrativa.

4.16. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.17. As despesas com transporte, locomoção, combustível, motorista, estacionamento e manutenção de veículo próprio fica por conta da CONTRATADA.

**5. CLAUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**6 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

6.1 O valor total da contratação é de R\$xxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**7. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em Banco xxxx, Agência: xxxxxx, C/c: xxxx-x, xxxxxxxxxxxx.

7.2 O pagamento será efetuado após relatório informando o cumprimento do objeto pelo fiscal de contrato.

7.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 02 (dois) meses, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.4 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.5 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

7.6 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais **como**:

a) o prazo de validade;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

7.8 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

## **8 CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 05 de março de 2024.

## **9 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1 São obrigações do Contratante:

9.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

10.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**11. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa** moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na

Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronogramafixado para o contrato.

13.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**

CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60

**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

	<b>Dotações</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	0211 – Secretaria Municipal de Meio e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
<b>Projeto/Atividade</b>	2026 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
<b>Elemento de Despesa</b>	4.4.90.52.00 15000000 Equipamentos e Material Permanente

**15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

18.1 Elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Riacho de Santana/BA, dirimir para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
CNPJ/MF sob o no. 14.105.191/0001-60  
**RAÇA MONSENHOR TOBIAS, 321, CENTRO, RIACHO DE SANTANA-BA**

compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21. E por assim estarem justas e Contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Riacho de Santana, Estado da Bahia, em xx de xxxxxx de 2024.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Riacho de Santana  
João Vitor Martins Laranjeira  
Prefeito Municipal de Riacho de Santana  
**Contratante**

\_\_\_\_\_  
Empresa xxxxxxxx  
CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Representante: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
**Contratada**

1ª \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_